

O PAPEL DO ANTROPÓLOGO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ALZIRA SIMÕES

INSTITUTO SUPERIOR DE LÍNGUAS E ADMINISTRAÇÃO

A comunicação que se segue foi pensada e elaborada tendo como pressuposições uma pequena localidade e/ou Vila ou até mesmo cidade do interior do País, por exemplo, Bragança, Santo Tirso... onde, por exemplo iria ter lugar um Colóquio subordinado ao tema "A Gestão e a Terra".

Assim, conjecturava-se que o conjunto de palestras subordinadas ao tema se destinavam a apresentar e a problematizar questões relacionadas com a gestão e outras áreas afins, bem como, colocar eventuais dificuldades de acção que essas áreas exercem ou deveriam desempenhar no desenvolvimento local e regional, com o intuito de se encontrarem fundamentos (pelo menos) teóricos para a edificação de uma política organizacional do futuro que servisse o progresso e o incremento da região e, por consequência, do País, em todos os níveis e/ou sectores da nossa sócio-cultura.

AS PROBLEMÁTICAS

O que se pretende é tentar aflorar as questões: Qual será pois, o papel do antropólogo numa discussão deste tipo? Será que se justificam as suas intervenção e colaboração (e até presença), em colóquios do género?

As respostas a estas questões envolvem um conjunto de explicações e réplicas, sobretudo, se tivermos em atenção que a antropologia, e muito particularmente, a Antropologia Cultural, que se

interessa pela cultura de uma determinada forma, ficando, quase sempre, para a Sociologia o papel e a função de "desbobinador" de problemas associados ao desenvolvimento económico-social no seio das sociedades onde a industrialização e as novas tecnologias levantam questões articuladas com a temática global em causa.

De um modo genérico, ao antropólogo interessa uma tecnologia mais cultural e culturalizada do que, propriamente, a tecnologia e a técnica, *tout court*. Aquela não constitui mais do que uma análise das denominadas tradições técnicas. As quais não devem ser confundidas com as técnicas das sociedades industriais do tipo ocidental. Por conseguinte, a Antropologia, por definição, limita o seu campo de acção quando alude à expressão tecnologia.

A óptica antropológica incide sobre a tecnologia pré-industrial, ou melhor, a tecnologia que ainda não está contaminada pelos valores "tecnicizados" e "tecnicizantes" da civilização industrial. As tecnologias e as técnicas ditas tradicionais são, pois, aquelas que sempre fizeram parte do campo da Antropologia e da Etno-tecnologia¹.

1 Entendendo-se a tecnologia como o discurso explicativo que se constrói a partir da observação de uma técnica ou técnicas, será o logos da técnica, isto é, o estudo de procedimentos e dispositivos técnicos. Por técnica entende-se todas as extensões e prolongamentos do corpo humano numa actividade de transformação da matéria para consumo. Segundo o antropólogo A. Mesquitela Lima, será o "saber-prático", antes de ser o "saber-fazer-prático" que permite a criação e a utilização racional de instrumentos.

Todavia, toda a tradição possui o germe da mudança, da transformação e da modernidade. Daí que também a Antropologia teve que começar a privilegiar um outro campo de acção, alargando-o sobretudo a partir dos processos de descolonização. A Antropologia passou a ocupar-se, igualmente, da sua própria cultura, virando-se para as sociedades modernas, urbanas, industriais, globais e, mais recentemente, pode "prever-se" a sua preocupação com as "sociedades virtuais" e todos os problemas que dessa virtualização advirão...

A intervenção e a participação do antropólogo, nos dias de hoje, sobretudo quando a regionalização parece estar na ordem do dia e ser uma questão por resolver (ou, pelo menos, sem solução à vista) deve ser colocada sob duas ordens de razões:

1 - uma delas é que, certamente, não serão a "Gestão e a Terra" tratadas de acordo com parâmetros culturais tradicionais;

2 - a segunda tem a ver com a contextualização geográfica² (para a qual foi elaborado, à priori, o presente texto, mas serve de exemplo para regiões/locais semelhantes,

Em suma, técnica é um meio de acção sobre o meio, é o uso das formas num acto de contacto com um ou mais obstáculos. Por "tecnologias tradicionais" queremos referir todas aquelas técnicas que ainda estão (umas mais que outras, é certo) eivadas de um certo 'pensamento mágico-mítico-religioso'. Por conseguinte, a Etno-tecnologia é o estudo privilegiado das técnicas e das tecnologias onde os efeitos da modernidade, da industrialização e da estandardização/especialização seriada ainda não foram total e completamente introduzidas.

2 Para a qual foi pensado e escrito, à priori, o presente texto/ensaio, contudo poderá servir de exemplo para regiões e locais idênticos sem, no entanto, se cair no erro da generalização demasiada.

isto para não alargar a todo o Portugal!) - uma sociedade e uma cultura que, feliz ou infelizmente, ainda não se encontra inserida, no seu todo, nos padrões e parâmetros tipificados das designadas sociedades tecnologicamente avançadas do, igualmente, denominado mundo ocidentalizado. Por este motivo, esta comunidade, sociedade e cultura torna-se sujeito/objecto da Antropologia Cultural, da Etnologia, da Etnografia e, claro, da Etno-tecnologia.

O que se defende e expõe nesta breve sùmula (ou, se quiser o caro leitor, chamar-lhe-emos, ensaio!) não tem a pretensão de ser absoluto e definitivo, antes pelo contrário, é relativo e provisório, devido ao facto de a grande maioria dos dados utilizados na reflexão serem de natureza empírico-intuitiva e os resultados teóricos (se assim se podem considerar) fruto da experiência e da observação pessoais e não de uma investigação sistemática, aturada e muito menos com suporte institucional.

Entende-se o conceito de papel social, em sentido geral, e no do antropólogo em particular, como sendo o desempenho de funções atribuídas, herdadas e/ou adquiridas por um determinado indivíduo ou organização, devido ao estatuto ou status que ocupa numa dada sociedade, comunidade ou organização. Sendo assim, o papel é o factor dinâmico do estatuto do sujeito que tem de preencher diversas funções relacionadas com o seu desempenho e actividade como actor e agente social. Este conjunto de múltiplos papéis é que toma o nome de papel social. Daí não se poder compreender ou discutir papel social sem aludir ao de estatuto.

1 - Qual tem sido e qual é o estatuto da Antropologia na sociedade e cultura portuguesas?

2 - Quais têm sido os seus papéis ou qual é o papel social e, por conseguinte, qual é o contributo da Antropologia, na pessoa do antropólogo, para e no desenvolvimento regional?

É óbvio que não se poderá, nem é, aliás, esse o propósito nesta breve comunicação, debater tais contingências. Propõe-se, tão somente, levantar o véu destas questões, tendo como premissas teóricas dois pares de conceitos que, em nosso entender, são os mais relevantes, para a análise da problemática em causa. Trata-se das noções de cultura / natureza, por um lado, e, por outro, as de progresso / desenvolvimento.

«A cultura é memória e projecto, produto e factor, matriz e fim; Situa-se atrás e à frente do desenvolvimento, envolvendo-o e sendo por ele desenvolvida.» (CASAL, 1994)

Como é do conhecimento geral, mas nunca é demais lembrar, a relação ou relações existentes entre a cultura e a natureza, ou melhor, o ambiente natural ou o eco-sistema são, necessariamente, dialécticas e recíprocas. São relações dialécticas e recíprocas, na medida em que o meio ambiente coloca e oferece ao homem desafios, aos quais este responde conforme as suas possibilidades e os seus conhecimentos e saberes técnico-culturais, ou seja, as respostas culturais são o produto de um diálogo entre o meio geográfico-natural e as capacidades tecnológicas e técnicas da comunidade e/ou sociedade detentora da respectiva cultura. Contudo, as culturas e as sociedades, tal como as empresas e outras organizações e instituições,

são (ou deveriam sê-lo) sistemas abertos. Logo, não vivem em circuito fechado com o meio geográfico que as condiciona. Estas estão e são susceptíveis de múltiplas influências, provindas de outras sociedades e culturas com as quais contactam, directa ou indirectamente.

Sabe-se, igualmente, que os efeitos da aculturação³ e inculturação⁴ são diversos e complexos, porém, não há dúvida de que os diferentes sistemas sócio-culturais respondem e reagem de modo e de forma diferentes aos fenómenos de contacto, incorporando ou recusando os elementos externos ou exógenos que vão recebendo. Deste modo, pode afirmar-se que as culturas agem, actuam e reagem umas sobre as outras de um modo, mais ou menos, selectivo. O que, em parte, permite aludir ao dinamismo cultural (interno e externo⁵) que

3 Trata-se de um conceito muito utilizado nas Ciências Sociais e, muito especialmente, na Antropologia e Sociologia, para denominar o processo de mudanças que uma cultura/grupo/sociedade/comunidade sofre quando entra em contacto, directo ou indirecto, com culturas diferentes. Podem existir diversos tipos de aculturação, como, p. ex. aculturação por contacto cultural periférico ou difuso; desculturação, transculturação...

4 Inculturação ou endoculturação usa-se para designar todo o processo através do qual todo o indivíduo se vai ajustando e moldando às normas, regras, usos, costumes e tradições da cultura/sociedade/grupo em que está inserido. Em suma, pode considerar-se quase como sinónimo da noção comumente utilizada pela Sociologia - a de Processo de Socialização.

5 A dicotomia Tradição/Modernidade tão cara à reflexão antropológica que interligava e associava, quase que, sinonimicamente, tradição = identidade, logo conformidade, atraso, menor desenvolvimento económico da sociedade e da comunidade regional, i.é, quanto mais tradicional fosse a sociedade maior identidade possuía e mais além e aquém estaria do progresso e do desenvolvimento. Hoje sabe-se que não é bem assim, pois a tradição/identidade acompanha a história do grupo, conferindo-lhe um novo sentido, ajudando-o e apoiando-o

todos os sistemas sócio-culturais possuem, sendo este mesmo dinamismo que lhes proporciona, origina e confere a mudança, a transformação, em suma, o progresso e o desenvolvimento.

Citando um culturalista da antropologia americana, Ralph Linton,

«a cultura deve ser considerada como o factor predominante na constituição da personalidade de base para cada sociedade (e, acrescente-se empresa/ organização/ instituição), assim como na constituição de séries de personalidades estatutárias características de cada uma» (LINTON, 1959-a).

O Desenvolvimento, por seu turno, é um conceito de tal modo real, concreto e presente, que quase não necessita de ser apresentado e muito menos representado.

Quando se profere este vocábulo, de imediato se pensa no processo e no devir históricos, inerentes a todo e qualquer sistema vivo e, muito particularmente, a todas as sócio-culturas.

Ao Desenvolvimento associa-se, por hábito e, quiçá, por necessidade histórico-cronológica, uma outra noção - a de Progresso. Esta associação e interconexão far-se-á, porventura, porque se pensa lato sensu - em nosso entender, erradamente -, o desenvolvimento em termos, exclusivamente, de avanço e progresso, o que implica «um carácter unidireccional da mudança», como afirma Jack GOODY (1988).

na(s) mudança(s), na integração social e cultural dos novos factores de desenvolvimento e progresso. Como, aliás, se defenderá mais adiante.

Confirma-se, pois, que os termos Cultura e Desenvolvimento, não são perfeitos (e talvez nunca o serão...), encerrando em si mesmos muita ambiguidade. Na esteira do que defende Adolfo Y. Casal, pode tentar-se uma articulação entre eles, procurar a sua convergência e, porque não, na Era da Interactividade, tentar alcançar, igualmente, a interactividade entre a cultura e o desenvolvimento. Impõem-se, por consequência, as questões seguintes:

1 - que papel poderemos atribuir aos elementos e objectos culturais que constituem as comunidades e organizações regionais, num processo de modernização e desenvolvimento que, nos dias de hoje, percorrem cada vez mais as sociedades?

2 - como poderão e deverão os habitantes/ autóctones da sócio-cultura onde o desenvolvimento se deve processar, apropriarem-se e/ou incorporarem as diferentes e novas ferramentas técnico-económicas, político-culturais?

Defendeu-se, anteriormente, que a Antropologia tem entendido a dicotomia tradição/modernidade de um modo assaz restrito, entendendo-se estes conceitos, quase como opostos, isto é:

tradição = subdesenvolvimento

modernidade = desenvolvimento

No entanto, referiu-se, igualmente, que "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades" e que, na tradição, o investigador (e não apenas este!) se depara e encontra com a mudança, o inesperado. Que a Tradição confere sentido ao que é novo e diferente, ajudando e até concretizando a

sua integração sócio-cultural, de um modo mais ou menos eficaz, isto é, sem grandes falhas e rupturas. Como alude Yanéz Casal,

«A tradição pode e deve ser pensada, como reserva de símbolos e códigos para dar significação à modernidade. A tradição é o texto que permite às sociedades assumir novos contextos, sem alienações nem inibições, interpretando o presente e programando o futuro, tendo um projecto social e cultural coerente com os desafios da técnica e da uniformização económica dominante.» (CASAL, 1994)

Deste modo, um dos papéis do antropólogo será o de descortinar, trazer ao conhecimento do público em geral, por um lado e, por outro, às autoridades e entidades interessadas, aqueles particularismos culturais tradicionais que melhor identificam e caracterizam a região, a fim de os colocar e valorizar no projecto e no processo de desenvolvimento local e regional. O mesmo será dizer que toda a Cultura (tradicional ou não) deve ser parte integrante de todo e qualquer processo de desenvolvimento. Uma vez que, o próprio desenvolvimento é, por si só, factor e função da cultura, como diria Yanéz Casal. Ou, como se pode, antropologicamente, defender, o Desenvolvimento é produto e produtor de cultura, uma vez que é resultado do trabalho e da acção do ser humano. Porque o desenvolvimento reflecte, produz e reproduz de um modo integrado, total e globalizante, os valores, as mentalidades, os sistemas produtivo-económicos, as organizações, as sociedades e os actores individuais, pode defender-se, noutros termos, que para atingir o objectivo da interactividade e da convergência dos termos, é urgente "culturalizar o desenvolvimento e desenvolver a cultura", como refere Adolfo Casal.

Defendeu-se, supra, que o desenvolvimento é produto da cultura, daí se afirmar que é a cultura que lhe confere rumo e sentido. O mesmo será advogar que é a realidade cultural exacta, real e empírica, existente num tempo e num espaço determinados, de uma dada região ou comunidade, com os seus respectivos mitos, crenças e saberes, valores e representações simbólicas, usos e costumes, recursos naturais, motivações, ambições, desejos e necessidades que reflectem e marcam o andamento, impondo constrangimentos mas, simultaneamente, originando e activando estímulos ao desenvolvimento.

Fazendo nossas as afirmações de Adolfo Y. Casal, culturalizar ou «culturalizar o desenvolvimento significa intervir de baixo para cima e de dentro para fora» (CASAL, 1994), tentando inverter (mas não subverter, na sua totalidade) todas as lógicas dos modelos de desenvolvimento dominantes. É neste âmbito que o antropólogo pode e deve (porque possui todo o cabedal e acervo de conhecimentos para o fazer), dar o seu contributo no e ao processo de desenvolvimento local e regional. A dinâmica cultural não se processa de modo idêntico em todos os sectores do social; nuns é lenta e reprodutora, noutros é rápida e inovadora. Os elementos e factores culturais mais interligados e associados ao sagrado, ao simbólico, ao religioso e ao político, são aqueles que mais demoram a transformar-se, reproduzindo-se de modo a fixar e a identificar os indivíduos, conferindo-lhes, por esta razão, identidade e representações identitárias e identificadoras ao grupo, à região e, claro, à sua própria cultura.

As identidades apesar de se reproduzirem e possuírem um dinamismo e ténue e subtil, estão e são sujeitas, como se defendeu, ab initio, a processos de ruptura e mudança. Porém, esta

processa-se paulatinamente. Os factores culturais relacionados e inseridos em sectores como os da tecnologia e técnica, economia e consumo, comunicação, informação e imagem são 'sinónimos' de multiplicação e reprodução da mudança e da transformação culturais, originando aspectos culturais novos e inovadores que os membros individuais do sistema sócio-cultural vão integrar e assimilar ao seu universo de cultura global.

Assim, e continuando a seguir de perto a opinião de A. Casal, entende-se que o desenvolvimento da cultura implica que todos os sectores e aspectos inerentes a essa mesma cultura (e não somente a essa) sejam objecto desse mesmo processo de desenvolvimento. De acordo com o autor citado, deve considerar-se que a Cultura é Heterogénea e não homogénea, como até há algum tempo atrás defendiam alguns, para não afirmar grande parte de antropólogos da nossa e de outras "praças". Na cultura deve enquadrar-se não apenas a cultura dita popular e tradicional, mas também a denominada cultura erudita, cultivada, modernizada, industrializada, tecnicizada. Deve, por conseguinte, o antropólogo adoptar, urgentemente, esquemas interpretativos abertos e flexíveis, com o intuito de alcançar, obter e atingir os processos e os feitos inter e pluriculturais, cada vez mais prementes, onde se criam e têm origem os particularismos e as especificidades mais díspares que percorrem as sociedades, construindo e reconstruindo, estruturando e reestruturando a sua cultura.

Como resolver a interacção/intervenção e interactividade da cultura e do desenvolvimento? Yanes Casal, a propósito deste paradigma, questiona-se da seguinte forma:

a) - «Como desenvolver a cultura?»

b) - «Que cultura desenvolver?»

A cultura a desenvolver deverá ser toda aquela que faz parte do quotidiano experiencial e vivido pelos agentes sócio-culturais da região ou comunidade. O mesmo será afirmar que para se "desenvolver a cultura" e para que haja "desenvolvimento cultural", é necessário ter em atenção e incrementar:

1 - os recursos humanos sob os mais diferenciados e diversificados aspectos e códigos de promoção e participação culturais;

2 - desenvolver a própria cultura identitária e identificativa (passo o pleonasmo) e enraizada na/da região/comunidade, que se deve, por um lado, preservar e conservar como um produto do património eco-cultural mas, por outro, as identidades são igualmente projectos passíveis de desenvolvimento, de promoção e de inovação.

Deve-se pois, preservar e conservar o património cultural e ecológico da região sim, mas não só. É necessário incrementar a inovação e incentivar a transformação e a mudança desse multifacetado património, em factores e vectores de desenvolvimento regional e local. Mais uma vez o antropólogo tem por obrigação (se o chamarem para esse exercício!), de entrar em acção, ou seja, o seu papel e função será investigar quais os processos identitários e quais os agentes de desenvolvimento, de modo a construir as primícias unificadoras que possibilitem (re)assimilar, (re)integrar e (re)adaptar as mudanças tecno-tecnológicas e económicas aos elementos culturais existentes na região.

Em suma, cabe ao antropólogo reconhecer e saber articular dois pares de conceitos - a cultura e o desenvolvimento, a tradição e a modernidade - e, para intervir na prática e no processo de desenvolvimento da região, deverá estabelecer a relação entre os processos daí decorrentes:

1 - O processo de culturalização do desenvolvimento

2 - O processo de desenvolvimento da cultura.⁶

3 - O processo de integração/aculturação das transformações, mudanças e mutações tecno-económicas e sócio-culturais da e na identidade regional.

Em termos teóricos, a função e o papel do antropólogo são exequíveis, conquanto, é na realidade de cada região que se poderá perspectivar a possibilidade da sua intervenção no terreno. É difícil, mas nunca impossível de se obter resultados positivos e profícuos para a região ou localidade em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIROU Alain 1982. *Dicionário das Ciências Sociais*; Lisboa; Ed. Presença; (5ªed.).
- CASAL Adolfo Yanéz 1994.- "Identidades culturais e desenvolvimento" in: *Antropologia Portuguesa: (Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa)*, vol. 12, Coimbra; Ed. Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra; pp. 5-17.
- GOODY Jack 1988. *Domesticação do Pensamento Selvagem*; Lisboa; Ed. Presença.
- LIMA A. Mesquitela et al. 1981. *Introdução à Antropologia Cultural*; Lisboa; Ed. Presença, (3ªed.); Col. "Textos de Apoio" nº1.
- LINTON Ralph 1959. *Le Fondement Culturel de La Personnalité*; Paris; Ed. Dunod.
1959. *O Homem: uma Introdução à Antropologia*; São Paulo; Liv. Martins Ed., (3ªed.); Col. "Bibl. Ciências Sociais".

6 Como defende, aliás, Adolfo Y. Casal, no artigo vastamente referenciado.